



2025-2029

## **Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso**

Aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2026



## **MANDATO**

**2025/2029**

### **MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Presidente:** António Carlos Camejo Martins

**1.º Secretário:** César Amadeu de Sousa Prata

**2.º Secretário:** Maria Luísa Gil dos Santos

# Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso

## PREÂMBULO

A Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo representativo das populações do Município, exerce competências próprias de orientação política, fiscalização da atividade do Executivo Municipal e apreciação das matérias estruturantes para o desenvolvimento local.

O presente Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento da Assembleia Municipal, definindo os direitos e deveres dos seus membros, os procedimentos deliberativos, os mecanismos de participação pública e as regras de transparência e publicidade dos trabalhos.

A revisão e sistematização das presentes disposições visam assegurar:

- A conformidade com o regime jurídico das autarquias locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e demais legislação aplicável, nomeadamente a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (competências e regime de funcionamento da assembleia municipal) e Lei n.º 29/87, de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais);

- O reforço da transparência, integridade e responsabilidade institucional;

- A melhoria das condições de exercício do mandato dos eleitos locais;

- A promoção da participação cívica informada;

- A modernização administrativa e a adequação às exigências de funcionamento contemporâneo dos órgãos autárquicos.

Assim, ao abrigo das competências legalmente conferidas, a Assembleia Municipal aprova o presente Regimento, que se destina a garantir o regular funcionamento dos seus trabalhos e a prossecução do interesse público municipal.

**Capítulo I**  
**Natureza e Competências da Assembleia**

**Artigo 1.º**  
**(Natureza)**

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município, sendo constituída por vinte e dois membros eleitos pelo colégio eleitoral do Município e por vinte e um Presidentes de Junta de Freguesia.

**Artigo 2.º**  
**(Competências de funcionamento da Assembleia Municipal)**

Compete à Assembleia Municipal:

- a) Elaborar e aprovar o seu Regimento;
- b) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- c) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal.

**Artigo 3.º**  
**(Competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal)**

1. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal:

- a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- b) Aprovar as taxas do Município e fixar o respetivo valor;
- c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do Município;
- d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
- e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- f) Autorizar a contratação de empréstimos;
- g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município;
- h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do Município;
- i) Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou

valores artísticos do Município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
- l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
- m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
- n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal;
- o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
- p) Autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
- q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
- r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
- s) Deliberar sobre a criação do Conselho Local de Educação;
- t) Autorizar a geminação do Município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
- u) Autorizar o Município a constituir as associações, nos termos da lei;
- v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
- w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.

## 2. Compete ainda à Assembleia Municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal, os resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer

- outras entidades;
- c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
  - d) Solicitar e receber informação, através da Mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o Município e sobre a execução de deliberações anteriores;
  - e) Aprovar referendos locais;
  - f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da Câmara Municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;
  - g) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do Município;
  - h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
  - i) Elaborar e aprovar o regulamento do Conselho Municipal de Segurança;
  - j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município;
  - k) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município;
  - l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
  - m) Fixar o dia do feriado anual do Município;
  - n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do Município e proceder à sua publicação no Diário da República.
  - o) Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.

3. Não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do número anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal.

4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.

5. Compete ainda à Assembleia Municipal:

- a) Eleger, segundo o sistema de representação proporcional e do método da média mais alta de Hondt, os membros da Assembleia Intermunicipal CIMRBSE mediante apresentação de listas;
- b) Convocar o secretariado executivo intermunicipal, nos termos da lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade intermunicipal CIMRBSE;
- c) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

## **Capítulo II**

### **Mesa da Assembleia e Competências**

#### **Secção I**

#### **Mesa da Assembleia**

##### **Artigo 4.º**

##### **(Composição da Mesa)**

1. A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário e é eleita pelo período do mandato da Assembleia.
2. O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário.
3. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa, a Assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a Mesa que vai presidir à sessão.

##### **Artigo 5.º**

##### **(Eleição da mesa)**

1. A Mesa é eleita por escrutínio secreto, podendo os seus membros ser destituídos em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos Membros da Assembleia.
2. A Mesa da Assembleia é eleita em lista nominal completa, podendo ser apresentada pelos Grupos Municipais ou ainda por um mínimo de dez dos seus membros.
3. Só poderão ser eleitos para a Mesa os Membros da Assembleia que, expressamente, tenham aceitado a sua candidatura.
4. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da Mesa, ou de cessação do respetivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na sessão imediata.

## **Secção II Competências**

### **Artigo 6.º (Competências da Mesa)**

#### 1. Compete à Mesa:

- a) Elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
- b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do Regimento;
- c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
- d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal;
- e) Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos Membros da Assembleia Municipal, dos Grupos Municipais e da Câmara Municipal;
- f) Assegurar a redação final das deliberações;
- g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- h) Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
- i) Requerer à Câmara Municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
- j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia Municipal;
- k) Comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus membros;
- l) Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- m) Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal;
- o) Exercer as demais competências legais.

2. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3. Das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

### **Artigo 7.º**

#### **(Competência do Presidente da Assembleia)**

1. O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia Municipal.

2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal:

- a) Representar a Assembleia Municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
- e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
- f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
- g) Integrar o Conselho Municipal de Segurança;
- h) Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas dos Presidentes de Junta de Freguesia e do Presidente da Câmara Municipal às sessões da Assembleia Municipal;
- i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes Membros da Assembleia, para os efeitos legais;
- j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo Regimento ou pela Assembleia Municipal;
- k) Exercer as demais competências legais.

3. Compete ainda ao Presidente da Assembleia Municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos Membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

### **Artigo 8.º**

#### **(Competência dos Secretários)**

Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, designadamente:

- a) Assegurar o expediente;
- b) Na falta de funcionário nomeado para o efeito, lavrar as atas das sessões;
- c) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento, o quórum e registar as votações;

- d) Ordenar a matéria a submeter a votação;
- e) Organizar as inscrições dos Membros da Assembleia que pretenderem usar a palavra e registar os respetivos tempos de intervenção;
- f) Servir de escrutinadores;
- g) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões.

### **Capítulo III**

#### **Do Funcionamento da Assembleia**

#### **Secção I**

##### **Das Sessões**

#### **Artigo 9.º**

##### **(Local das sessões)**

1. As sessões da Assembleia Municipal têm habitualmente lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho.
2. Por iniciativa da Mesa as sessões poderão decorrer noutro lugar ou localidade, que reúnam condições para tanto, dentro da área do Município.
3. A convocação da sessão, nos termos do número anterior, depende de decisão do Presidente da Assembleia, ouvidos os restantes membros da Mesa.
4. Os Membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo plenário.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Sessões Ordinárias)**

1. A Assembleia Municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro.
2. A apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão de abril e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro ou dezembro, salvo o disposto no art.º 61.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Artigo 11.º**  
**(Sessões Extraordinárias)**

1. O Presidente da Assembleia convoca extraordinariamente a Assembleia Municipal, por sua iniciativa, da Mesa, ou, ainda, a requerimento:
  - a) Do Presidente da Câmara Municipal, em execução de deliberação desta;
  - b) De um terço dos seus membros;
  - c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a 5 % do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.
2. O Presidente da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou a da Mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da Assembleia Municipal.
3. A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de dez após a sua convocação.
4. Quando o Presidente da Assembleia Municipal não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.
5. O requerimento a que se refere a alínea c) do presente artigo é acompanhado de certidão comprovativa da qualidade de cidadão recenseado na área da respetiva autarquia local.
6. Ao processo de passagem das certidões referidas no número anterior aplica-se os n.ºs 2 e 3 do artigo 60.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
7. Nas sessões extraordinárias a Assembleia só pode deliberar sobre as matérias para que tenha sido expressamente convocada.

**Artigo 12.º**  
**(Duração das sessões)**

A Assembleia Municipal pode, quando necessário, reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão, até ao limite de três reuniões num período máximo de dez dias.

**Artigo 13.º**  
**(Requisitos das sessões)**

1. A Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24:00 horas, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quórum, decorrerá um período máximo de trinta minutos sobre a hora constante da convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quórum, o Presidente considerará a sessão

sem efeito e designará outro dia para nova sessão, que tem a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na presente lei.

3. Das sessões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

4. A existência de quórum será verificada em qualquer momento da sessão.

### **Artigo 14.º** **(Continuidade das sessões)**

As sessões só podem ser interrompidas, por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar.

### **Secção II** **Da Convocatória e Ordem do Dia**

#### **Artigo 15.º** **(Convocatória)**

1. Os Membros da Assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital, por carta com aviso de receção e por correio eletrónico, ou através de protocolo, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias.

2. Os Membros da Assembleia são convocados para as sessões extraordinárias por edital, por carta com aviso de receção e por correio eletrónico, ou através de protocolo, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de cinco dias.

#### **Artigo 16.º** **(Ordem do dia)**

1. A ordem do dia é estabelecida pela Mesa da Assembleia.

2. Da ordem do dia constará, obrigatoriamente, a informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º deste Regimento.

3. A ordem do dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim forem indicados por qualquer Membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

- a) Cinco dias úteis sobre a data da sessão, no caso de sessões ordinárias;
- b) Oito dias úteis sobre a data da sessão, no caso das sessões extraordinárias.

4. A ordem do dia é entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, três dias úteis sobre a data de início da sessão.

5. Juntamente com a ordem do dia deverão ser enviados ou disponibilizados em sítio eletrónico próprio, todos os documentos que habilitem os Membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constantes.

6. Os documentos que complementem a instrução do processo deliberativo respeitantes aos assuntos que integram a ordem de trabalhos, que por razões de natureza técnica ou de confidencialidade, ainda que pontual, não sejam distribuídos nos termos do número anterior, devem estar disponíveis para consulta, desde o dia anterior à data indicada para a sessão.

### **Artigo 17.º**

#### **(Elementos que devem constar da informação escrita do Presidente da Câmara)**

1. Da informação escrita prestada pelo Presidente da Câmara devem constar, obrigatoriamente, as seguintes matérias:

- a) As atividades da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro;
- b) Os resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) A situação financeira do Município;
- d) O saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a fornecedores;
- e) As reclamações que tenham sido formuladas e que se revelem de consideração significativa ao nível do funcionamento dos serviços municipais;
- f) Os recursos hierárquicos que hajam sido interpostos;
- g) Quais os processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontrem.

2. A informação escrita a que se refere o n.º 1 deste artigo deve ser acompanhada de toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos de igual natureza, incluindo a respeitante às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, quando existam, indispensável para a compreensão e análise crítica e objetiva da informação aí inscrita.

3. Não deve ser remetida à Assembleia Municipal a documentação mencionada no número anterior, se não tiver havido, entretanto, qualquer evolução dos assuntos a que a mesma se refere.

### **Secção III**

#### **Organização dos Trabalhos na Assembleia**

### **Artigo 18.º**

#### **(Períodos das sessões)**

1. Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de “Ordem do Dia” e um período de “Intervenção do Público”.
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do Dia” e de “Intervenção do Público”.

### **Artigo 19.º**

#### **(Período de Antes da Ordem do Dia)**

1. O período de “Antes da Ordem do Dia” destina-se a:
  - a) Apreciação e votação das atas;
  - b) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à Mesa cumpra produzir;
  - c) Resposta às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio;
  - d) Apreciação e tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.
2. No período de “Antes da Ordem do Dia”, os tempos totais de intervenção dos Grupos Municipais, dos Membros da Assembleia que exercem o seu mandato como independentes e da Câmara Municipal têm a duração máxima de sessenta minutos.
3. A distribuição de tempo no período de “Antes da Ordem do Dia”, organiza-se, tendo em conta o peso dos resultados eleitorais, segundo o estabelecido no anexo I ao presente Regimento, do qual faz parte integrante.

### **Artigo 20.º**

#### **(Período da Ordem do Dia)**

1. O Período da “Ordem do Dia” inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia.
2. No início do período da “Ordem do Dia”, o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.
3. A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das sessões ordinárias dependem de deliberação tomada, pelo menos, por dois terços do número legal dos seus membros, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.

### **Artigo 21.º**

#### **(Período de Intervenção do Público)**

1. Período de “Intervenção do Público” tem a duração máxima de trinta minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer,

antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.

3. O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão.

#### **Secção IV**

##### **Da Participação de Outros Elementos**

#### **Artigo 22.º**

##### **(Participação dos Membros da Câmara Municipal)**

1. A Câmara Municipal faz-se representar nas sessões da Assembleia, obrigatoriamente pelo Presidente da Câmara, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo substituto legal.
3. Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia.

#### **Artigo 23.º**

##### **(Participação de eleitores)**

1. Nas sessões convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º do presente Regimento, têm o direito de participar, sem direito de voto, dois dos representantes dos requerentes.
2. Para efeito do disposto no número anterior, os requerentes deverão indicar, ao Presidente da Assembleia, o nome dos seus representantes, até ao início da respetiva sessão.
3. Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia se esta assim o deliberar.

#### **Secção V**

##### **Do Uso da Palavra**

#### **Artigo 24.º**

##### **(Regras do uso da palavra no período de Antes da Ordem do Dia)**

A cada interveniente cumpre gerir e controlar o tempo de intervenção em função no disposto do anexo I deste Regimento, sem prejuízo da competência e das funções da mesa.

#### **Artigo 25.º**

##### **(Regras do uso da palavra para discussão da Ordem do Dia)**

1. A distribuição do tempo para apresentação da informação constante das alíneas a), b) e c)

do nº2 do artigo 3º deste Regimento, e subsequente debate, organiza-se, tendo em conta o peso dos resultados eleitorais, segundo o estabelecido no anexo II ao presente Regimento, do qual faz parte integrante.

2. A apresentação verbal de cada proposta pelo Membro da Assembleia proponente, ou pelo Executivo Camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que visa prosseguir, e não exceder o total de sete minutos.

3. Para discussão de cada um dos demais pontos da Ordem do Dia, dispõem os Membros da Assembleia Municipal, individualmente, de um período de cinco minutos.

4. Para resposta às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal, a Câmara dispõe, no total em cada ponto da Ordem do Dia, de vinte minutos.

### **Artigo 26.º**

#### **(Regras do uso da palavra pelos Membros da Câmara Municipal)**

1. A palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no período “Antes da Ordem do Dia”, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

2. No período da “Ordem do Dia”, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para:

- a) Prestar a informação relativa ao consignado nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 3.º deste Regimento;
- b) Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal, nos termos legais, à apreciação da Assembleia;
- c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.

3. No período de “Intervenção Aberto ao Público”, a palavra é concedida ao Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados.

4. É concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação de qualquer membro da Assembleia Municipal ou Grupo Municipal ou ainda com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.

5. A palavra é ainda concedida aos vereadores para o exercício do direito de defesa da honra.

### **Artigo 27.º**

#### **(Regras do uso da palavra no Período de Intervenção Aberto ao Público)**

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 21.º deste Regimento.

2. Durante o período de intervenção aberto ao público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na Mesa.

3. A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de cinco minutos.

4. A Mesa ou qualquer Membro da Assembleia ou da Câmara prestarão os esclarecimentos

solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.

**Artigo 28.º**  
**(Fins do uso da palavra)**

Quem solicitar a palavra deve declarar para que fim a pretende.

**Artigo 29.º**  
**(Modo de usar da palavra)**

1. No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente, à Assembleia Municipal e aos representantes da Câmara Municipal.
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas.
3. O orador é advertido pelo Presidente quando o discurso se torne injurioso ou ofensivo, podendo ainda retirar-lhe a palavra se persistir na sua atitude.
4. O orador pode ser avisado pelo Presidente para resumir as suas considerações quando se aproxime o termo do tempo regimental.

**Artigo 30.º**  
**(Uso da palavra pelos Membros da Assembleia)**

A palavra é concedida aos Membros da Assembleia para:

- a) Tratar de assuntos de interesse municipal;
- b) Participar nos debates;
- c) Emitir votos e fazer declarações de voto;
- d) Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa;
- e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município;
- f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i) Interpor recursos.

**Artigo 31.º**  
**(Declarações de voto)**

1. Cada Membro da Assembleia tem o direito de fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último

caso, três minutos.

3. As declarações de voto escritas são entregues na Mesa até ao final da sessão.

### **Artigo 32.º**

#### **(Invocação do Regimento ou interpelação da Mesa)**

1. O Membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.

2. Os Membros da Assembleia podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.

3. O uso da palavra para invocar o Regimento ou interpelar a Mesa não pode exceder três minutos.

### **Artigo 33.º**

#### **(Pedidos de esclarecimento)**

O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de três minutos para intervir.

### **Artigo 34.º**

#### **(Requerimentos)**

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o Presidente da Assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.

2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder três minutos.

### **Artigo 35.º**

#### **(Ofensas à honra ou à consideração)**

1. Sempre que um Membro da Assembleia ou da Câmara Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos.

2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.

3. Os direitos consignados nos números anteriores podem ser exercidos pela direção da bancada do respetivo Grupo Municipal.

**Artigo 36.º**  
**(Interposição de recursos)**

1. Qualquer Membro da Assembleia pode recorrer de decisões do Presidente ou da Mesa.
2. O Membro da Assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a cinco minutos.

**Secção VI**  
**Das Deliberações e Votações**

**Artigo 37.º**  
**(Maioria)**

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos Membros da Assembleia, tendo o Presidente Voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

**Artigo 38.º**  
**(Voto)**

1. Cada Membro da Assembleia tem um voto.
2. Nenhum Membro da Assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção, de objeção de consciência, devidamente fundamentado, e dos casos de impedimento consagrados na lei.

**Artigo 39.º**  
**(Formas de votação)**

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
2. Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar;
3. Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite por maioria dos Membros da Assembleia;
4. Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.
5. O Presidente vota em último lugar.

**Artigo 40.º**  
**(Empate na votação)**

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.
2. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.

## **Secção VII Das Faltas**

### **Artigo 41.º (Verificação de faltas e processo justificativo)**

1. Constitui falta a não comparência a qualquer sessão ou reunião.
2. Será considerado faltoso o Membro da Assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente dos mesmos, por período igual de tempo.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à Mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

## **Secção VIII Publicidade dos Trabalhos e dos Atos da Assembleia**

### **Artigo 42.º (Carácter público das sessões)**

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.
2. As reuniões da Assembleia Municipal podem ser filmadas e difundidas online pelos serviços do Município, que devem manter os respetivos registos visuais e, na medida do possível, disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal.
3. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação aplicável.

**Artigo 43.º**  
**(Atas)**

1. De cada sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido lida e aprovada.
2. Das atas deverá, também, constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.
3. As atas são lavradas, sempre que possível, por um trabalhador da autarquia designado para o efeito e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e pelos Secretários.
4. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e pelos Secretários.

**Artigo 44.º**  
**(Registo na ata do voto de vencido)**

1. Os Membros da Assembleia podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
2. Quando se trate de pareceres a emitir para outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

**Artigo 45.º**  
**(Publicidade das deliberações)**

As deliberações da Assembleia Municipal destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas nos termos do estabelecido no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**Capítulo IV**  
**Das Comissões ou Grupos de Trabalho**

**Artigo 46.º**  
**(Constituição)**

1. A Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.

2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa, por Grupos Municipais ou por qualquer Membro da Assembleia.

**Artigo 47.º**  
**(Competências)**

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do Município, sem interferir, no entanto, no funcionamento e na atividade normal da Câmara Municipal.

**Artigo 48.º**  
**(Composição)**

O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos Grupos Municipais, quando existirem, são fixados pela Assembleia.

**Artigo 49.º**  
**(Funcionamento)**

1. Compete ao Presidente da Assembleia convocar a primeira sessão.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

**Capítulo V**  
**Dos Grupos Municipais**

**Artigo 50.º**  
**(Constituição)**

1. Os membros diretamente eleitos, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de Grupos Municipais.
2. A constituição dos Grupos Municipais efetua-se mediante comunicação escrita dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal.
3. Da comunicação referida no número anterior deve constar obrigatoriamente a assinatura de todos os membros que constituem o Grupo Municipal, a sua designação bem como a respetiva direção.
4. Os membros que não integrem qualquer Grupo Municipal ou que dele se desvinculem comunicam o facto ao Presidente da Assembleia e exercem o seu mandato como independentes.

**Artigo 51.º**  
**(Organização)**

1. Cada Grupo Municipal estabelece livremente a sua organização.
2. Qualquer alteração na composição ou direção do Grupo Municipal deve ser comunicada ao Presidente da Assembleia Municipal.

## **Capítulo VI**

### **Da Conferência de Representantes de Grupos Municipais.**

#### **Artigo 52.º**

##### **(Constituição)**

1. A Conferência de Representantes dos Grupos Municipais é uma instância consultiva do Presidente da Assembleia Municipal, que a ela preside, e é constituída pelos representantes de todos os Grupos Municipais.
2. O Presidente da Câmara Municipal pode participar na conferência e intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com competências da Assembleia.

#### **Artigo 53.º**

##### **(Funcionamento)**

1. A Conferência reúne sempre que convocada pelo Presidente da Assembleia Municipal, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer Grupo Municipal.
2. Compete à Conferência pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia.
3. As recomendações da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos Membros da Assembleia em efetividade de funções.

## **Capítulo VII**

### **Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia**

#### **Secção I**

##### **Do Mandato**

#### **Artigo 54.º**

##### **(Duração e continuidade do mandato)**

O mandato dos Membros da Assembleia Municipal inicia-se com o ato de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação de mandato.

**Artigo 55.º**  
**(Suspensão do mandato)**

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente da Assembleia e apreciado pelo plenário da Assembleia na sessão imediata à sua apresentação.
3. São motivos de suspensão designadamente:
  - a) Doença comprovada;
  - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
  - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a trinta dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse trezentos e sessenta e cinco dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da Assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão, os Membros da Assembleia são substituídos nos termos do artigo 60.º, devendo os substitutos ser convocados nos termos do artigo 58.º, deste Regimento.

**Artigo 56.º**  
**(Ausência inferior a trinta dias)**

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até trinta dias.
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, na qual são indicados os respetivos início e fim.
3. O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 60.º deste Regimento.

**Artigo 57.º**  
**(Renúncia ao mandato)**

1. Os Membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada quer antes quer depois da instalação da Assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao Presidente da Assembleia, consoante o caso.
3. A falta de eleito local ao ato de instalação da Assembleia, não justificada por escrito no prazo

de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.

4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à Assembleia e deve ter lugar na primeira sessão que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

**Artigo 58.º**  
**(Substituição do renunciante)**

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo Presidente da Assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira sessão ou reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou sessão da Assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior.

2. A falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.

3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à Assembleia e deve ter lugar na primeira sessão que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

**Artigo 59.º**  
**(Perda de mandato)**

À perda de mandato aplica-se o consignado na Lei n.º 27/96, de 1 de agosto.

**Artigo 60.º**  
**(Preenchimento de vagas)**

1. As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.

2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

**Secção II**  
**Dos Deveres dos Membros da Assembleia**

**Artigo 61.º**  
**(Deveres)**

Constituem, designadamente, deveres dos Membros da Assembleia:

- a) Comparecer às sessões da Assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa da Assembleia;
- e) Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal.

### **Artigo 62.º** **(Impedimentos e suspeições)**

1. Nenhum Membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos artigos 45.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. Os Membros da Assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.
4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo.
5. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

### **Secção III** **Dos Direitos dos Membros da Assembleia**

#### **Artigo 63.º** **(Direitos)**

1. Os Membros da Assembleia Municipal têm, designadamente, os seguintes direitos:
  - a) Participar nos debates e nas votações;
  - b) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
  - c) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à Câmara, veiculados pela Mesa da Assembleia;
  - d) Apresentar reclamações, protestos, contraprotostos e declarações de voto;
  - e) Propor alterações ao Regimento;
  - f) Receber através da Mesa, todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados.

2. Aos Membros da Assembleia Municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho.

## **Capítulo VIII Do Apoio à Assembleia**

### **Artigo 64.º (Apoio à Assembleia Municipal)**

1. Sob orientação do Presidente, a Assembleia Municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, composto por trabalhadores do município, nos termos definidos pela Mesa.
2. A Assembleia Municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela Câmara Municipal.

## **Capítulo IX Disposições Finais**

### **Artigo 65.º (Interpretação e Integração de lacunas)**

Compete à Mesa, com recurso para a Assembleia, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas.

### **Artigo 66.º (Entrada em vigor)**

O presente Regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.

# Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso

## Índice

### Capítulo I

#### Natureza e Competências da Assembleia

Artigo 1.º - Natureza

Artigo 2.º - Competências de funcionamento da Assembleia Municipal

Artigo 3.º - Competências de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal

### Capítulo II

#### Mesa da Assembleia e Competências

##### Secção I - Mesa da Assembleia

Artigo 4.º - Composição da Mesa

Artigo 5.º - Eleição da Mesa

##### Secção II - Competências

Artigo 6.º - Competência da Mesa

Artigo 7.º - Competência do Presidente da Assembleia

Artigo 8.º - Competência dos Secretários

### Capítulo III

#### Do Funcionamento da Assembleia

##### Secção I - Das Sessões

Artigo 9.º - Local das sessões

Artigo 10.º - Sessões Ordinárias

Artigo 11.º - Sessões Extraordinárias

Artigo 12.º - Duração das sessões

Artigo 13.º - Requisitos das sessões

Artigo 14.º - Continuidade das sessões

##### Secção II - Da Convocatória e Ordem do Dia

Artigo 15.º - Convocatória

Artigo 16.º - Ordem do dia

Artigo 17.º - Elementos que devem constar da informação escrita do Presidente da Câmara

##### Secção III - Organização dos Trabalhos na Assembleia

Artigo 18.º - Períodos das sessões

Artigo 19.º - Período de Antes da Ordem do Dia

Artigo 20.º - Período da Ordem do Dia

Artigo 21.º - Período de Intervenção do Público

##### Secção IV - Da Participação de Outros Elementos

Artigo 22.º - Participação dos membros da Câmara Municipal

Artigo 23.º - Participação de eleitores

##### Secção V - Do Uso da Palavra

Artigo 24.º - Regras do uso da palavra no período de Antes da Ordem do Dia

Artigo 25.º - Regras do uso da palavra para discussão da Ordem do Dia

Artigo 26.º - Regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal

Artigo 27.º - Regras do uso da palavra no período de Intervenção Aberto ao Público

Artigo 28.º - Fins do uso da palavra

Artigo 29.º - Modo de usar da palavra

Artigo 30.º - Uso da palavra pelos Membros da Assembleia

Artigo 31.º - Declarações de voto

Artigo 32.º - Invocação do Regimento ou interpeleção da Mesa

Artigo 33.º - Pedidos de esclarecimento

Artigo 34.º - Requerimentos

Artigo 35.º - Ofensas à honra ou à consideração

Artigo 36.º - Interposição de recursos

## **Secção VI - Das Deliberações e Votações**

- Artigo 37.º - Maioria
- Artigo 38.º - Voto
- Artigo 39.º - Formas de votação
- Artigo 40.º - Empate na votação

## **Secção VII - Das Faltas**

- Artigo 41.º - Verificação de faltas e processo justificativo

## **Secção VIII - Publicidade dos Trabalhos e dos Atos da Assembleia**

- Artigo 42.º - Carácter público das sessões
- Artigo 43.º - Atas
- Artigo 44.º - Registo na ata do voto de vencido
- Artigo 45.º - Publicidade das deliberações

## **Capítulo IV - Das Comissões ou Grupos de Trabalho**

- Artigo 46.º - Constituição
- Artigo 47.º - Competências
- Artigo 48.º - Composição
- Artigo 49.º - Funcionamento

## **Capítulo V – Dos Grupos Municipais**

- Artigo 50.º - Constituição
- Artigo 51.º - Organização

## **Capítulo VI – Da Conferência de Representantes de Grupos Municipais**

- Artigo 52.º - Constituição
- Artigo 53.º - Funcionamento

## **Capítulo VII**

### **Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia**

#### **Secção I - Do Mandato**

- Artigo 54.º - Duração e continuidade do mandato
- Artigo 55.º - Suspensão do mandato
- Artigo 56.º - Ausência inferior a trinta dias
- Artigo 57.º - Renúncia ao mandato
- Artigo 58.º - Substituição do renunciante
- Artigo 59.º - Perda de mandato
- Artigo 60.º - Preenchimento de vagas

#### **Secção II - Dos Deveres dos Membros da Assembleia**

- Artigo 61.º - Deveres
- Artigo 62.º - Impedimentos e suspeições

#### **Secção III - Dos Direitos dos Membros da Assembleia**

- Artigo 63.º - Direitos

## **Capítulo VIII**

### **Do Apoio à Assembleia**

- Artigo 64.º - Apoio à Assembleia Municipal

## **Capítulo IX**

### **Disposições Finais**

- Artigo 65.º - Interpretação e Integração de lacunas
- Artigo 66.º - Entrada em vigor

## **Anexo I**

### **Distribuição do tempo para as intervenções no período de “Antes da Ordem do Dia”**

1. O tempo para as intervenções no período de “Antes da Ordem do Dia”, tendo em conta o peso dos resultados eleitorais, é assim distribuído:

- a) Grupos Municipais – tempo máximo equivalente ao número dos seus membros multiplicado por um minuto, mas nunca inferior a cinco minutos.
- b) Conjunto dos independentes – tempo máximo equivalente ao número de independentes multiplicado por um minuto e trinta segundos, mas nunca inferior a cinco minutos.
- c) Câmara Municipal – O que restar até perfazer os sessenta minutos.

2. O tempo atribuído aos independentes é distribuído equitativamente pelo Presidente da Assembleia em função do número de independentes inscritos para usar da palavra.

## **Anexo II**

### **Distribuição do tempo para intervenções no ponto “Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município”**

1. O tempo para as intervenções no ponto “Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município” tendo em conta o peso dos resultados eleitorais é assim distribuído:

- a) Câmara Municipal para introdução do ponto – cinco minutos.
- b) Grupos Municipais – tempo máximo equivalente ao número dos seus membros multiplicado por um minuto, mas nunca inferior a cinco minutos.
- c) Conjunto dos independentes – tempo máximo equivalente ao número de independentes multiplicado por dois minutos.
- d) Câmara Municipal para responder às questões – trinta minutos.

2. O tempo atribuído aos independentes é distribuído equitativamente pelo Presidente da Assembleia em função do número de independentes inscritos para usar da palavra.

